

# O masculino em discussão (I)<sup>1</sup>

## *The masculine up for debate (I)*

---

Urias Arantes\*

### **Resumo**

A preocupação com as transformações da condição masculina na contemporaneidade é abordada em uma série de textos publicados pela revista *Le Débat*, organizada ao redor do pensamento de Marcel Gauchet. Trata-se aqui de uma exposição dos eixos fundamentais desses textos recentes.

**Palavras-chave:** Democracia. Masculinidade. Dominação masculina. Igualdade. Feminismos.

### **Abstract**

*The preoccupation with the transformations of masculinity in contemporary Western societies has recently been analysed in a series of texts about the thinking of Marcel Gauchet, published by the review Le Débat. This article is an exposition of the fundamental axes of those recent texts.*

**Keywords:** Democracy. Masculinity. Psychoanalysis.

---

<sup>1</sup> Este ensaio comporta duas partes: a primeira expõe um conjunto de teses e análises, a segunda discute certas formulações. A segunda parte será publicada no próximo número dos Cadernos de Psicanálise (CPRJ).

\* Psicanalista. Doutor em Filosofia pela Université Sorbonne Paris I, Paris, França.  
urias.arantes@gmail.com

## 1. Introdução

Um tema frequente na atualidade é o da “crise da masculinidade”. Não tem o mesmo impacto na mídia que o tema da violência feita às mulheres, o estupro ou a denúncia de práticas incestuosas no seio da família, provavelmente porque a “crise” não atinge nomes conhecidos do público, mas também porque os grupos de defesa da masculinidade em perigo não se apoiam sobre uma tradição secular, como é o caso das feministas. Isso não impede que historiadores e sociólogos mostrem que a “crise da masculinidade” não é uma novidade, que ela aparece na História pelo menos desde os romanos e se manifesta sempre como uma figura do antifeminismo: a crise não é uma realidade, mas um discurso de crise que tem efeito real, isto é, mobiliza os homens contra os feminismos e favorece a lógica da “supremacia masculina” (DUPUIS-DÉRI, 2019, p. 44).<sup>2</sup>

Em outra perspectiva, a revista *Le Débat* de maio-agosto de 2018 publicou uma série de textos sobre o tema da condição masculina na contemporaneidade – *Le masculin en révolution* – que merece leitura atenta.<sup>3</sup> Não parece haver na França interesse maior pela análise e reflexão sobre a condição masculina e suas transformações contemporâneas em relação direta ou indireta com os avanços feministas. Uma exceção digna de nota se deve aos discursos psicanalíticos que produzem efeitos sobre a argumentação de grupos de resistência às transformações da forma tradicional da família e da posição do pai. A revista faz, no entanto, referência a trabalhos franceses sobre a questão e seria interessante analisar a influência de fontes norte-americanas. Não é o que nos ocupa aqui. Parece claro que a análise da condição masculina no quadro mais geral das transformações nas sociedades democráticas atuais alarga e aprofunda nossa compreensão do fenômeno e prepara a ação. A

---

<sup>2</sup> O livro de Dupuis-Déri (2019) tem certo interesse, mas se contenta em reunir fatos de natureza diferente, reduzindo-os a discursos para demonstrar a tese segundo a qual os discursos de crise da masculinidade são essencialmente antifeministas e não refletem uma crise real. A conclusão se impõe: “il est donc temps d'arrêter de discourir sur la crise de la masculinité et de tout faire pour qu'elle advienne, enfin” (DUPUIS-DÉRI, 2019, p. 312). (“É então o momento de parar com os discursos sobre a crise da masculinidade para que esta aconteça, enfim”).

<sup>3</sup> *Le Débat, Histoire, Politique, Société*, é uma revista publicada pela Gallimard, dirigida por Pierre Nora e cujo redator é Marcel Gauchet. Foi criada no início da década de 1980 para abrir a discussão necessária após o declínio da ideia revolucionária e das transformações políticas, sociais e econômicas que anunciavam um novo mundo. O posicionamento foi sempre intelectual, e não político ou partidário. *Le Débat* se inscreve na tradição francesa das “*revues générales d'idées*”, “les vrais incubateurs des grandes réalisations intellectuelles” (NORA, 2018, p. 8), (“os verdadeiros incubadores de grandes realizações intelectuais”), como *La Revue des Deux Mondes* ou *Les Temps Modernes*. A revista cessou sua publicação com o n. 210 de maio-agosto de 2020.

proposta da revista é um exercício delicado e exigente porque entra em jogo uma multiplicidade de fatores e porque se trata de preparar a ação, sem que a reflexão ganhe um caráter de programa. Trata-se, sobretudo, de compreender o fenômeno situando-o no quadro geral.

Observe-se que *Le Débat* escolheu um título que lembra o ensaio de Camille Froidevaux-Metterie, *La révolution du féminin* (2014), cuja tese é que os feminismos dos anos 1970 emanciparam realmente as mulheres, mas que, para tanto, o preço a pagar foi o sacrifício da corporeidade. O que significa que, emancipadas, as mulheres se transformaram em seres neutros e desencarnados. Segue-se daí que o novo horizonte dos feminismos é o da reconciliação entre a universalidade, a neutralidade sexual dos direitos e a encarnação: serem cidadãs e mulheres ao mesmo tempo. Entre os dois títulos, no entanto, há uma diferença notável. Para Froidevaux-Metterie as mulheres foram e continuam sendo sujeitos de sua revolução; para *Le Débat*, ao contrário, o título sugere que os homens teriam sofrido uma revolução, que o que veio perturbar e transformar seus lugares e papéis tradicionais não resulta da ação ou de uma tomada de consciência dos homens. Em outros termos, que a dominação masculina se deslocou como efeito de uma transformação maior. Pode-se, então, afirmar que os avatares do masculino na contemporaneidade são apenas efeitos colaterais dos rudes combates feministas? Os progressos dos feminismos exerceram certamente alguma influência, mas, segundo a revista, não são o motor, nem mesmo os únicos elementos em jogo na crise da masculinidade. Pois os feminismos resultam também de transformações sociais mais profundas. Que complicação de fatores é preciso considerar para esclarecer as novas relações entre os sexos? Haveria uma espécie de lógica geral subjacente ao conjunto desses fenômenos?

Talvez não seja inútil observar o uso que se faz aqui dos termos *masculino* e *feminino*. Nos dois casos trata-se da substantivação de um adjetivo, um recurso provavelmente generalizado a partir do discurso lacaniano. Nesse sentido, o epíteto não é o que qualifica uma substância, mas designa uma “substância”, uma “substância” que não tem substância. Em termos aristotélicos: o “acidente” particular e contingente torna-se uma “essência” que não pode ser definida em termos de “gênero” e “diferença específica”. O “acidente” pode assim receber múltiplas referências, mas não está relacionado a uma “essência”. Estamos na esfera da contingência. Segue-se daí que nada permite afirmar sua universalidade ou sua necessidade. Em outras palavras, masculino e feminino não são determinações de uma realidade corporal universal, inscrita na natureza e ancorada no órgão sexual. Trata-se de uma qualidade ou de um

conjunto de qualidades sem relação necessária com a diferença sexual de órgão genital. As coisas se complicam: há incerteza quanto ao que pode caracterizar a ou as qualidades masculinas e femininas que se tornam, então, *fatos de cultura*, isto é, fatos relativos. Há incerteza também quanto às relações entre as qualidades e o sexo genital e quanto às relações entre os sexos. Lugares e papéis são confusos; as definições são provisórias.

## 2. Exposição

*Le Débat* reúne sete textos centrados sobre a mesma pergunta: qual é a condição masculina na ultratemporaneidade? *Ultratemporaneidade* aqui significa o que se manifesta nas sociedades democráticas ocidentais a partir da década de 1960 do século passado. Embora tais sociedades englobem apenas uma pequena parte dos humanos, o fato é que elas se dão incontestavelmente como modelo econômico, cultural e social para todas as outras, após o declínio do ideal comunista. Curiosamente, nas sociedades ocidentais, ganham terreno os discursos escatológicos. O fenômeno se encontra na literatura, na reflexão cultural, mas também no discurso político conservador e não é abordado pelos artigos da revista, exceto pela crítica dirigida aos psicanalistas apocalípticos.<sup>4</sup> A condição masculina se transformou ao ponto de que se possa falar, pelo menos, de fim do princípio da dominação masculina? Há resistências? Qual é a nova figura do masculino? Quais são os efeitos dessa transformação sobre as práticas sexuais, sobre a configuração da família, em particular da paternidade, da transmissão e das subjetividades? Há novas desigualdades? Qual é seu estatuto? O que nos ensina o conjunto das transformações da masculinidade tradicional sobre as sociedades democráticas atuais, sobre seus processos de constituição e de continuidade do laço social? Os artigos da revista não são exaustivos, mas formulam questões essenciais e têm o mérito inegável de provocar a reflexão e o debate.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> A literatura contemporânea é rica em ficções distópicas que elaboram os temas do fim ou da destruição do mundo que resultará da destruição aparentemente irreversível dos recursos naturais e da loucura tecno científica que procura substituir os processos naturais. Para um enfoque fácil da literatura de ação pode-se ler Paolo Bacigalupi, *The Water Knife* (2015); em outra dimensão há a ficção de Liz Jensen (o conjunto dos romances) ou Margaret Atwood (particularmente a trilogia *Oryx and Crake*, *The Year of the Flood*, *Maddaddam*). A temática parece menos presente na literatura francesa contemporânea.

<sup>5</sup> Há também dois textos de análise do tema da agressão sexual. Eles não serão abordados, apesar do interesse do artigo de Gilles Lipovetski e de sua tese segundo a qual não há, propriamente

No entanto, só um texto propõe uma vista geral das questões e as inscreve em uma perspectiva de avaliação dos fenômenos. Trata-se do texto de Marcel Gauchet, *La fin de la domination masculine*, o texto que abre, organiza e deixa entrever o alcance geral – isto é, político, social, cultural, antropológico e mesmo ontológico – dos fenômenos. Com efeito, as transformações observadas na ultracontemporaneidade, segundo Gauchet, fazem parte da grande narrativa da “*révolution théologico-historico-politique*” (NORA, 2018, p. 5) que ele compõe há várias décadas. Uma síntese foi publicada sob o título global de *L’Avènement de la démocratie* (2013-2017). A grande narrativa da democracia moderna se inspira da História europeia em particular. É a História que permite captar as bases do funcionamento coletivo e do *ser-em-sociedade*. Em outros termos, a análise histórica conduz a uma antropologia e ao conhecimento das leis que governam em profundidade os fatos sociais. Aqui o fato social é o fim observável do princípio da dominação masculina e de seus efeitos. O importante é mostrar os avatares do masculino como produtos do modo de instituição e de permanência do ser-social. Ao mesmo tempo as transformações mostram o vigor dos processos que constituem as democracias ocidentais.

### 2.1 Origens e efeitos do princípio da dominação masculina

A tese antropológica que funda a análise das origens e do fim da dominação masculina afirma uma implicação direta entre o modo de instituição do social e o modo de instituição da reprodução da vida. Os dois, segundo Gauchet, obedecem ao modelo religioso. Esse modelo religioso se forma a partir das primeiras experiências dos humanos, isto é, o reconhecimento de uma distinção entre o visível e o invisível inaugurada no pensamento humano com a linguagem. Essa experiência fundadora pertence à gênese da representação segundo a qual só a tradição ou os deuses podem fundar o social, graças à propriedade da *transcendência temporal* do fator religioso: uma sociedade existe se sua identidade e sua continuidade podem ser garantidas pela origem *sobrenatural* graças aos deuses ou aos ancestrais.

Essa mesma estruturação religiosa institucionaliza o modo de reprodução dos membros do grupo e a hierarquia entre os sexos. Pois se as mulheres têm o “privilegio exorbitante” (expressão de Françoise Héritier que abordaremos

---

falando, recrudescência das agressões, pelo contrário, elas diminuem, mas há sobretudo persistência do princípio de sedução.

mais tarde), o privilégio de poder reproduzir homens e mulheres, a sociedade codifica o exercício de sua reprodução do qual depende sua continuidade para além da mortalidade de seus membros. Ela codifica assim lugares e relações, como mostrou Lévi-Strauss, mas também, e mais fundamentalmente, o modo de fabricação da unidade a partir da diferença entre os sexos. Ora, o mecanismo de subordinação das mulheres obedece ao modelo religioso, o mesmo que organiza a unidade do grupo social. Essa unidade só se dá a partir da superioridade radical de um termo sobre o outro, dos deuses sobre os homens, dos ancestrais sobre os presentes, dos homens sobre as mulheres. Coloca-se então a questão de saber por que a hierarquia não se estabeleceu em termos de superioridade das mulheres sobre os homens, pois é delas que depende a reprodução e a sobrevivência do grupo. Resposta: porque a reprodução biológica, atributo das mulheres, é subordinada à reprodução cultural que os homens realizam para preservar a existência do grupo contra os inimigos e assegurar sua perpetuação graças à conformidade com a tradição. A potência biológica das mulheres é inferior à potência do espírito dos homens da mesma maneira que o invisível é superior ao visível e que o social é superior ao indivíduo. Gauchet resume sua tese :

*La domination masculine, ramenée à son noyau essentiel, n'aura été autre chose à travers les millénaires que l'incarnation institutionnalisée de la supériorité de l'ordre culturel et de la transcendance par rapport à la précarité de la vie biologique – et l'on sait à quel point cette précarité faisait sentir son aiguillon dans les sociétés anciennes. Aux femmes le don de la vie, aux hommes la victoire sur la mort que représentent l'existence de la société et la prise en charge religieuse et politique de la perpétuation de cette existence (2018, p. 79).<sup>6</sup>*

Essa hierarquia organizadora não é natural, mas efeito de uma experiência humana primária, fundadora, ligada à distinção entre o visível e o invisível que se manifesta com a linguagem. O invisível é superior ao visível, o primeiro é a razão de ser do segundo, uma experiência fundamentalmente religiosa na constituição da unidade, da identidade e da perpetuação do grupo para além

---

<sup>6</sup> “A dominação masculina, reduzida ao seu núcleo essencial, não terá sido através dos milênios senão a encarnação institucionalizada da superioridade da ordem cultural e da transcendência sobre a precariedade da vida biológica – e sabemos o quanto essa precariedade fazia sofrer nas sociedades antigas. Às mulheres o dom da vida, aos homens a vitória sobre a morte que a existência da sociedade e a responsabilidade religiosa e política pela perpetuação dessa existência representam” (Tradução nossa).

da precariedade de seus membros presentes. É assim que a potência feminina de procriação se submete à potência espiritual dos homens. Essa análise crítica e reformula o que Françoise Héritier mostra na origem da submissão das mulheres, uma confrontação a ser retomada mais tarde. Mas uma pergunta se formula já aqui: como é que a percepção de uma diferença se transforma em percepção de uma hierarquia? Para tanto não é necessário que as categorias de diferença e de hierarquia preexistam à percepção? Mas então, de onde vêm as categorias? O “idealismo” que Gauchet afirma – em oposição às teses “materialistas” – implica a existência de categorias *a priori*?

O modo originário de instituição do social vai se transformar em profundidade e afetar igualmente a instituição da dominação masculina quando o fundamento religioso das origens cede seu lugar ao *político*. Trata-se de um longo processo histórico trabalhado pela erosão das hierarquias que, segundo Gauchet, completou-se nos anos 1970: “Ele constitui a verdadeira revolução de nosso tempo” (2018, p. 80). A substituição progressiva do *religioso* pelo *político* implica que a unidade e a perpetuação da sociedade não exigem mais a adesão de seus membros nem que o laço social seja explícito. Quando o político se torna instituinte do *ser-social*, o resto da vida social se destaca da obrigação de manifestar a unidade e a permanência do grupo. O que implica a instauração de igualdade crescente entre os membros, assim como a privatização e a subjetivação de outras esferas da vida. Os efeitos sobre as condições de reprodução da vida são notáveis e afetam as referências do masculino e do feminino: “sexos, gêneros, sexualidades são revolucionados” (*Id., ibid.*, p. 80).

A ordenação hierárquica tradicional se manifestava particularmente na figura da família considerada como “célula de base” da sociedade. Mas agora não se pede mais à família que forme o laço social, pois ela foi privatizada e se forma segundo o livre desejo de seus membros. Resulta daí a instabilidade dos laços familiares, mas também sua reivindicação como “abrigo afetivo”, posto que predominam nela as “leis do coração”. A menoridade tradicional das mulheres cede seu lugar, por um lado, à livre disposição da sexualidade, por outro lado, aos “indivíduos de direito” para os quais o sexo não tem nenhuma importância: cada um é inicialmente um indivíduo abstrato portador de direitos e, secundariamente, homem ou mulher. Nos discursos surge a categoria nova de “gênero” para significar “a vontade de se distinguir da antiga conexão entre o biológico e o social” (GAUCHET, 2018, p. 81).<sup>7</sup>

<sup>7</sup> O termo “gênero” (*genre, gender*) apareceu nas discussões feministas sobre a construção social da identidade sexual, independentemente da base biológica. A teoria psicanalítica da *relação de*

Nesse quadro geral da gênese e de seus efeitos, a dominação masculina perdeu sua razão de ser. As resistências produzidas pela inércia costumeira ou alimentadas por lutas ultrapassadas não têm uma força decisiva e é preciso compreender sua justa proporção. Sem dúvida, boa parte da humanidade permanece submetida ao peso da religião e da tradição, a resistência é poderosa. Na esfera ocidental do globo, no entanto, a situação é diferente. E há uma onda democrática em ação, a lógica do indivíduo ganha terreno e os processos de igualdade se manifestam com frequência inédita. O fim do princípio da dominação masculina é um dos efeitos da mutação social e antropológica, pensa Gauchet, que se concretizou a partir dos anos 1960/1970.

A tese histórico-político-antropológica que dirige a análise das origens e do fim da dominação masculina não é retomada ou desenvolvida nos outros textos, ela funciona frequentemente como argumento de referência para justificar uma crítica ou avançar uma proposição. Lacrosse critica a compreensão das antinomias do desejo sexual na ultra contemporaneidade – por exemplo, entre a valorização do afetivo e do autêntico na relação do casal e a tendência à ruptura e ao recomeço – em termos de “puritanismo moderno”.<sup>8</sup> O tema de um retorno do puritanismo se apoia sobre o quadro geral dos comportamentos sexuais desenhado no fim do século passado (enquetes sobre o comportamento sexual dos franceses em 1972 e 1992). Ele não é correto, pois não se leva em conta “a medida da verdadeira mutação antropológica que introduz o triunfo do indivíduo de direito no novo mundo que é o nosso” (LACROSSE, 2018, p. 113).

Dagnaud recorre igualmente à mutação antropológica para testar a hipótese segundo a qual a Internet e a cibercultura se tornaram espaços “de repou-

---

*objeto* fala do gênero como uma aquisição operada pela interiorização de normas durante a socialização da criança; a teoria lacaniana privilegia a estrutura linguística que precede e organiza a construção do ego em relação à diferença sexual. Simone de Beauvoir afirmava já a construção social e cultural da identidade sexual. Um percurso possível para a elaboração dessa questão pode ser feito a partir de Gayle Rubin a Joan Scott, passando por Nancy Chodorow para chegar à crítica da noção de gênero de Judith Butler e sua proposição de um outro horizonte político.

<sup>8</sup> A expressão “puritanismo moderno” faz parte do arsenal crítico dos intelectuais conservadores e reacionários cujas raízes se encontram no movimento americano conhecido como *neocons*. Quanto aos estudos de gênero e a teoria *queer*, a expressão é utilizada para denunciar uma espécie de sonho ou de ideal (de origem cristã) de um corpo sem órgãos, sexualmente neutro e desencarnado cujo “modelo é o anjo” (ONFRAY, 2014, p. 90). Recusando globalmente a modernidade, o projeto *neocon* mais geral é o de ressuscitar o passado e valorizar a *nação* sobre o *direito*. Tais discursos são frequentemente acadêmicos, o que leva L. Joffrin a observar que, apesar do recurso intelectual a De Maistre ou a Barrès, “o que se faz no fundo é apresentar sob forma polida os *tweets* de Donald Trump” (JOFFRIN, 2017).



so e de solidariedade para os homens” (DAGNAUD, 2018, p. 124). A revolução digital se apresenta como igualitária e neutra, mas de fato é uma resposta dos homens contra a feminização do social. E a questão é a de saber qual é a figura do masculino que resulta daí. No mesmo sentido, Dabrowski fala da cultura da imaturidade e da figura ultracontemporânea do *adolescente*, dois fenômenos cuja raiz se encontra na “mutação antropológica e social” (DABROWSKI, 2018, p. 160). Essas análises se reforçam com o ensaio de Brian e Blais sobre a configuração atual da nova paternidade. Não é sempre fácil captar a relação entre a mutação em profundidade e o fenômeno analisado, mesmo considerando o quadro geral construído por Gauchet.

A grande narrativa continua. Está definido o quadro geral da revolução quase imperceptível do modo de instituição e de funcionamento do social – isto é, “*le basculement intégral de la production symbolique de la permanence collective du côté du politique*” (“o deslizamento integral da produção simbólica para o lado político”) e o apagamento progressivo de “*l’immémorable hiérarchie des reproductions*” (“imemorável hierarquia das reproduções”) (GAUCHET, 2015, p. 87). Está faltando a narrativa do declínio e do fim da dominação masculina, a análise de seus efeitos e as novas interrogações.

O ponto de partida é o signo contemporâneo da diluição da Lei do Pai. Gauchet critica os psicanalistas lacanianos pela incapacidade de conceber a Lei do Pai como um “fato sociológico”, trata-se para eles de “uma invariante antropológica” (GAUCHET, 2018, p. 87). O pai realizava a articulação da família ao organismo social, *pai mediador* e modelo de autoridade, representante da prevalência do coletivo sobre o indivíduo no lugar mesmo onde se construía a humanização. Ora, as leis do grupo não se impõem mais ao indivíduo, o modelo da autoridade não é mais o patriarca: inevitavelmente, a diluição da Lei do Pai produz efeitos importantes sobre a subjetividade. Os psicanalistas se contentam em constatar uma carência, uma carência estrutural que não explica os novos processos de simbolização e de humanização, ainda menos as dificuldades que surgem então. O fato incontornável é que o declínio do modelo paterno significa que a dominação masculina perdeu seu apoio mais sólido. É ainda na História, segundo Gauchet, que se manifestam os momentos fortes desse declínio.

A primeira transformação profunda na História da virilidade foi a passagem do *père médiateur* (pai mediador) entre a pequena e a grande sociedade ao *père pourvoyeur* (pai provedor) que, com seu trabalho, assegurava a subsistência de uma unidade familiar reduzida à função de educar as crianças em um espaço onde domina a mulher: o espaço da *reine du foyer* (rainha do lar). Tal transformação passa pela emergência da figura do *citoyen* (cidadão) e pela ins-

talação, a partir do século XVIII, da dimensão do público. É cidadão quem participa da deliberação pública na definição do interesse geral, e também quem é soldado, ganhando assim a dignidade de “*porteur du salut public*” (portador do bem-estar público). Resulta daí a divisão entre um *espaço público* e um *espaço privado*. O primeiro acaba por tornar-se espaço econômico com a industrialização e vai absorver o masculino. Para o pai há uma contradição entre “*la valorisation croissante de la sphère intime et l’impératif hérité de représentation de l’autorité sociale*” (“a valorização crescente da esfera íntima e o imperativo herdado de representação da autoridade social”) (GAUCHET, 2018, p. 87). Essa contradição se manifesta também nos signos de uma inferiorização maior das mulheres, pois a virilidade sendo um ideal de ultrapassamento de si para aceder a uma neutralidade superior, o masculino transformou-se em sexo do indivíduo universalizado, isto é, “*celui qui est capable d’oublier qu’il a un sexe*” (“aquele que é capaz de esquecer que tem um sexo”) (*loc. cit.*). Tal capacidade falta nas mulheres assimiladas à natureza e à maternidade.<sup>9</sup> Ao longo do século XIX o progresso da condição dos homens se acompanha da degradação da condição das mulheres. A contradição afeta também as mulheres: elas são individualidades jurídicas sem acesso ao espaço público, cidadãs sem cidadania. A contestação feminina se instala já com a Revolução Francesa e se espalha aos poucos na esfera ocidental, particularmente nos Estados Unidos a partir de 1848, ganhando uma forma final na luta pelo direito ao voto no início do século XX.

A era das *liberações*, afirma Gauchet, particularmente a era dos feminismos triunfantes, se deve bem menos aos combates pela emancipação das mulheres do que a uma revolução profunda na instituição do social. A divisão entre público e privado e a identificação do público ao masculino foi absorvida pelo *político*, pelo processo igualitarista que institui o social como *conjunto de indivíduos de direito sexualmente neutros*. Indivíduos iguais não precisam mais fabricar o laço social que lhes é exterior, graças a um quadro no interior do qual cada um pode evoluir livremente. A liberação das mulheres é uma face

---

<sup>9</sup> Um dicionário lacanianiano lembra que, em francês, a palavra *homme* (homem) representa a *espécie humana*, o que tem a ver com a vocação dos homens a tornar-se universo (homens e mulheres) na relação à castração. Os homens são portadores das insígnias do Pai, o que não é o caso das mulheres que não se reconhecem na submissão à mesma lei (CHEMAMA & VANDERMERSCH, 2003, verbete: *sexuation*). Lembremos que *homme*, *homem*, vem do latim *homo* cujo sentido geral é *ser humano e nascido da terra*. *Humain*, *humano*, derivado de *humus*, significa *terra, solo*. Merece reflexão que se diga, em francês, *droits de l’homme*, em espanhol *derechos del hombre*, mas em inglês *human rights*, em alemão *Menschenrechte*, em italiano *diritti umani* e, em português, *direitos humanos*.

desse processo: o espaço público não se caracteriza mais pela atribuição de uma identidade sexual, mas torna-se uma questão individual, cada indivíduo sendo, *abstratamente*, igual a todos os outros e, *concretamente*, um indivíduo sexuado, a dimensão na qual cada um se relaciona livremente. Isto quer dizer que cada um pode reivindicar sua identidade sexual ou sua sexualidade publicamente ou subjetivamente, sem que isso lhe forneça um estatuto social que é agora garantido pelos direitos.<sup>10</sup>

Sem dúvida foi a liberação das mulheres que fez mais barulho, “*elle est au cœur de l'avènement d'une société d'individus*” (“ela está no centro da emergência de uma sociedade de indivíduos”) (GAUCHET, 2018, p. 89). Mas Gauchet sustenta que, dado o peso e a força da injunção que representava para os homens o monopólio da existência pública, eles não se queixam e há poucos homens nostálgicos: “*cette révolution a ceci de sympathique que les supposés perdants y trouvent leur compte*” (“essa revolução tem um lado simpático pois os supostos perdedores se mostram satisfeitos”) (GAUCHET, 2018, p. 90). Para a maioria dos homens, o fim da dominação masculina foi um verdadeiro alívio. Não há no conjunto dos textos elementos que permitam avaliar o alcance real desta afirmação.

## 2.2 Diplopia psicanalítica

Eran lúcidas y a veces saían a relucir y relucían, pero no se podía ignorar que se recreaban en la fatalidad, algunas de esas voces sólo porque no les había sido dado el don de la creación y eso las lanzaba enfurecidas contra otras voces y de paso contra la cultura actual en su totalidad (VILA-MATAS, 2014, p. 104).<sup>11</sup>

A epígrafe fala da resistência que a criação artística contemporânea provoca entre os críticos e uma parte do público, a tendência a lê-la como sinal da decadência da cultura. Ela poderia referir-se também ao equívoco que, segun-

<sup>10</sup> Nos meios universitários americanos é comum que se pergunte com qual pronome se deseja ser tratado: *him/his, her/hers, them/their*. A questão é, portanto, a de como cada um quer que se fale dele (terceira pessoa). Para a primeira e a segunda pessoas, não há distinção em inglês: *I/you*. Uma enquête interessante mostrou que uma porcentagem significativa de jovens estudantes americanos interrogados sobre sua identidade sexual escolheram: *sexual fluidity (sexual fluido)*.

<sup>11</sup> “Eram lúcidas e às vezes apareciam e brilhavam, mas não se podia ignorar que se distraíam na fatalidade, algumas dessas vozes só porque não tinham recebido o dom da criação e isso as lançava furiosamente contra outras vozes e, aliás, contra a cultura atual como um todo” (Tradução nossa).

do Gauchet, perturba os discursos de alguns psicanalistas. Não são citados nomes, mas é fácil reconhecer a ALI (*Alliance Lacanienne Internationale*) e a orientação dada a essa escola por Charles Melman. Esses discursos sofrem de diplopia na medida em que não distinguem entre o *fato sociológico* e o *fato antropológico*, isto é, entre a conjuntura histórica e um traço invariante. Gauchet atribui a origem dessa hipótese retrospectivamente a Lacan: a descoberta freudiana do inconsciente foi um passo fundamental, mas seu desenvolvimento estruturalista transformou – rapidamente demais – dados historicamente relativos, como a Lei do Pai, em traços intemporais. Ora, que a Lei do Pai decline com o declínio da prevalência do coletivo, não justifica a visão apocalíptica da transmissão da subjetividade e do laço social. Pois com um pai “*grand séparableur ou pas, l’humanisation des nouveaux venus continue de s’accomplir tant bien que mal*” (“grande separador ou não, a humanização dos recém-chegados continua a se realizar bem ou mal”) e “*leur accès au symbolique de s’opérer*” (“e o acesso ao simbólico continua a funcionar”). O importante é explorar a novidade, “*plutôt que de camper sur le constat d’une carence qui n’explique plus rien*” (“em lugar de insistir sobre a constatação de uma carência que não explica mais nada”) (GAUCHET, 2018, p. 83).

No quadro dos comportamentos sexuais ultracontemporâneos, Lacrosse não fala dos discursos psicanalíticos. Tais discursos, aliás, se referem à psicologia social que trata os “comportamentos” como sintomas e não como realidades substanciais. Não seria inútil, no entanto, analisar o emprego do termo *perversão* pelos apocalípticos: implicitamente *perversão* se lê como *normalidade* perdida ou como bloqueio de um desenvolvimento que *deveria* ter ocorrido. No mesmo espírito empregam o termo de *imaginário* como quase sinônimo de *virtual* para compreender a adicção à pornografia e a um universo fusional de onde desapareceu a figura do *outro*. Um universo regido pelo *princípio materno*. Por outro lado, a utilização de expressões tais como *princípio materno* e *princípio paterno* não significa uma igualdade de natureza ou de função entre os dois princípios, como se verá mais tarde. Mas a oposição entre eles para caracterizar uma ruptura é problemática.

M. Brian enfoca os discursos psi e da mídia que deploram a ausência do *pater familias* e que tiram daí consequências nefastas. Segundo a autora, trata-se de uma descrição simplista – “*il n’y a plus de pères, donc plus de repères*” (“não há mais pais, então não há mais referências”) – que o material clínico permite complicar. Mas a complicação pode se contentar com a proposição seguinte: “*il n’y a plus de pères, donc c’est le retour des mères?*” (“não há mais pais, então é a volta das mães?”) Os “novos” pais procuram uma paternidade

diferente daquela que eles próprios viveram e isso exige uma “*lecture contemporaine pour penser le présent*” (“Isso exige uma leitura contemporânea para pensar o presente”) (BRIAN, 2018, p. 182). Trata-se, por exemplo, de não mais confundir a *função paterna* com o *pai real*, de considerar que o progresso científico permite hoje a certeza sobre a paternidade (desaparecimento do *pater incertus*), a separação entre a *procriação biológica* e a *procriação social*, o que abre a perspectiva da *paternidade educativa* e, assim, para a instituição do pai como igual à mãe. A novidade implica uma reabertura da questão do pai, assim como da questão da transmissão e da constituição das identidades sexuais.

Em Blais há abundância nesse sentido com a proposição de uma análise independente das novas práticas paternas, das dimensões da parentalidade que aboliram a distinção entre pais e mães em favor da autoridade parental partilhada, de “*pères réels qui s’occupent de leurs enfants au même titre que la mère*” (“de pais reais que se ocupam de seus filhos assim como a mãe”) (BLAIS, 2018, p. 195) e do que M. Tort chama de *Nouveau Testament Lacanien* (Novo Testamento Lacaniano). Segundo a autora, a noção de *fonction paternelle* ou de *Nom-du-Père*, (função paterna ou Nome do Pai) elaborada por Lacan, ajudou a enfraquecer o pai real: “*le masculin s’est trouvé désincarné, ‘dématérialisé’*” (“o masculino se viu desencarnado, ‘desmaterializado’”) (BLAIS, 2018, p. 200). Resultou daí a perda do caráter institucional da paternidade que se transforma, assim, em um *fato de relação*, como a maternidade. O que é contestado pelos discursos psicanalíticos que falam da destituição do pai como de um atentado estrutural catastrófico para os processos de transmissão de nossa humanidade. Esses discursos operam uma separação inútil entre o *relacional* e a *autoridade* no processo educativo. Que os dois se associem não significa que há confusão de papéis na relação com as crianças. O fim do *dogma paterno* não é signo do fim da família hierárquica, afirma Blais, é signo do fim de *um* mundo, mais não do fim *do* mundo. Abre-se aqui o espaço para um novo mundo onde homens e mulheres “*acceptent de prendre leur part dans l’avenir de toute l’humanité*” (“aceitam assumir seu lugar no futuro de toda a humanidade”) (BLAIS, 2018, p. 208).

Passemos rapidamente em revista os efeitos analisados por Gauchet do fim da dominação masculina sobre o funcionamento coletivo. Não se esqueçam de que se trata de um processo em andamento em uma situação guiada pela exigência de igualdade de condições e pela lógica do semelhante e que é difícil de captar globalmente. O primeiro efeito é a desinstitucionalização da família, posto que as condições da procriação se tornaram uma questão priva-

da: para as mulheres – elas procuram um estatuto social fora da família, no trabalho – e para os homens – liberados do mandato social de responsabilidade pela comunidade doméstica. A condição masculina é perturbada: resulta daí a desmobilização escolar, a cultura da imaturidade, a importância crescente da pornografia, a recusa radical da paternidade. Há certamente movimentos contrários acompanhando essas tendências profundas: reinvestimento e reinvenção do papel de pai, novas figuras da relação amorosa. Tais processos estão presentes, apesar do caráter difuso e da impossibilidade de tirar conclusões unívocas. Tudo se passa, afirma Gauchet, como se o funcionamento social atravessasse uma *phase d'apprentissage* (fase de aprendizagem) na qual se manifesta também a importância da diferença no nível de educação, donde resulta uma desigualdade dos meios à disposição para enfrentar a complexidade das novas escolhas: “*Là où l'ancienne discipline sociale instaurait une manière d'égalité dans le conformisme, la liberté que nous avons gagné se solde par une inégalité secrète, moins vertigineuse, des capacités de bâtir une vie en accord avec soi-même et avec les autres*” (“Lá onde a antiga disciplina social instaurava uma forma de igualdade no conformismo, a liberdade que ganhamos resulta em uma desigualdade secreta, menos vertiginosa, das capacidades de construir uma vida de acordo consigo mesmo e com os outros”) (GAUCHET, 2018, p. 93). Essa nova desigualdade das capacidades se associa às desigualdades flagrantes do acesso à educação.

Os outros textos tratam de material empírico, números ou estatísticas, que dão consistência às proposições de Gauchet. Há igualmente análises locais que contribuem para reformular as contradições ou questões mais específicas, sobretudo em relação com a nova paternidade.

Assim, Lacrosse analisa as transformações nos comportamentos sexuais com base nos relatórios Kinsey e Pierre Simon. Constata-se o desenvolvimento de um novo imaginário que tende a se confundir com o real (e não mais, como antes, dando acesso ao real). A sexualidade se transforma em “*bolha (auto)erótica*”. A descrição quantitativa dos comportamentos sexuais sugere a dessexualização da procriação, a separação entre o *relacional* e o *sexual* no casal, assim como uma confirmação do movimento geral da História, isto é, a consagração do indivíduo e a redução da polaridade de gêneros.

Ainda a partir de dados estatísticos, Dagnaud mostra como a cibercultura tornou-se um espaço masculino, apesar de certa igualdade democrática no uso da Internet. A mesma base estatística ajuda a mostrar a nova imaturidade masculina, seja na recusa da escola, na entrada mais tarde no mercado de trabalho, na expansão da responsabilidade das mulheres ou na criação

de comunidades virtuais. O ensaio de Dabrowski se baseia na descrição psicossociológica da nova masculinidade proposta por Michael Kimmel (que criou nos Estados Unidos os *men's studies*) para sustentar a análise de Gauchet da personalidade moderna. O recurso aos números indica, por exemplo, a prevalência do *hook-up* (“ficar”) entre os estudantes americanos e a associação aos ritos de passagem alcoólicos. Brian se serve da clínica para falar dos novos pais enquanto Blais funda sua análise da paternidade reinventada sobre estudos jurídicos e textos de lei, sem esquecer a importância de textos filosóficos ou psicanalíticos.

O caráter geral dos textos ganha a forma de uma grande narrativa sobre as origens e o fim da dominação masculina, suas raízes, seus momentos fortes e seus efeitos, uma grande narrativa no interior da qual se reúnem textos que mostram a relação com a realidade fenomenal. Pode-se lamentar a falta de discussão ou de divergências. O quadro geral desenhado por Gauchet convida, no entanto, ao debate pelo menos em duas ocasiões: a crítica (parcial) dirigida a Françoise Héritier sobre as origens da submissão das mulheres aos homens e a crítica da diplopia psicanalítica apocalíptica quanto aos destinos do pai. Pode-se igualmente lamentar a ausência da questão da diferença de acesso à educação e seus efeitos sobre certas formas de resistência ao fim da dominação masculina, assim como sobre o suposto alívio experimentado pelos homens liberados da responsabilidade patriarcal. Tanto mais que a organização explícita da resistência ao *mariage pour tous*, à extensão da PMA (*Procréation Médicalement Assistée*) às lésbicas e, no horizonte, a oposição à GPA (*Gestation Pour Autrui*), não parece ser uma manifestação de não privilegiados ou de vestígios de crenças religiosas. Mas o que os textos deixam quase completamente de lado é a última questão abordada por Gauchet: os avatares da autoridade simbólica na ultratemporalidade.

### 2.3 A questão da autoridade

O último ponto abordado por Gauchet não é o efeito menos importante do fim da dominação masculina sobre o funcionamento coletivo. Na verdade, é mesmo o mais importante, pois diz respeito à figura da autoridade: “*la figure de ce qui fait autorité dans la société, en dehors des pouvoirs institutionnels, des impératifs légitimes, communément tenus pour destinés à s'imposer à la conduite des acteurs sans recours à la contrainte*” (“a figura do que é autoridade na sociedade fora dos poderes institucionais, dos imperativos legítimos em geral tidos como destinados à

condução dos atores sem o uso da força”) (GAUCHET, 2018, p. 93). Em outros termos, uma espécie de *superego* ou de ideal cultural e social. Essa autoridade é simbólica porque representa os interesses maiores do grupo, isto é, sua unidade e sua perpetuação que forneciam o papel tradicional do pai. Ora, o pai perdeu sua eficácia simbólica, não é mais a figura dos imperativos comuns e a questão que se coloca é a de saber se a figura da autoridade desapareceu ou se se deslocou com a tendência dominante à dessimbolização, ou melhor, à simbolização implícita: quer dizer, sem figura ou representante. E, se for este o caso, que efeito terá sobre a instituição e o funcionamento do social?

Gauchet não hesita em afirmar que a nova autoridade é regida pelo *princípio materno*, uma autoridade que não ordena – ordenar é uma das dimensões da autoridade paterna – mas prescreve e proíbe pelo viés da *orientação* e da *inspiração*. Essa nova formação se compõe também no processo de igualdade que, evidentemente, não elimina uma diferença incontornável no processo de procriação. Com o fim da hierarquia tradicional, o feminino se dissocia do materno que se torna, assim, um *terceiro termo* ante a dualidade dos sexos. Sem dúvida, as mulheres têm uma relação privilegiada com o materno, mas como não se trata mais de obrigação, elas podem assumi-la ou recusá-la. Segue-se daí, para elas, uma vida dupla de atores sociais e de lugar de exceção na procriação.

A mãe tradicional se definia em relação ao pai, frequentemente com o papel de *intermediária* diante do rigor paterno. A nova mãe assume a responsabilidade do destino social da criança, um papel decisivo na sociedade de indivíduos. Esse papel social faz dela um *modelo* de autoridade. É claro, no entanto, que isso não autoriza os discursos de retorno do matriarcado, pois o princípio materno não define a regra organizadora do conjunto. Ele não é a regra que institui a igualdade entre os sexos. A instituição da igualdade se deve à regra da livre escolha dos indivíduos. O princípio materno é o *ideal* (ou a utopia) de uma sociedade que, ao lado da impessoalidade e da abstração institucionais, impõe a demanda “*d’une attention aux singularités et d’une empathie pour les personnes que ces règles tendent à ignorer, en même temps que la fermeté bienveillante dans la conduite des individus vers leur bien*” (“de atenção às singularidades e de empatia pelas pessoas que tais regras tendem a ignorar, ao mesmo tempo, firmeza acolhedora na condução dos indivíduos em direção ao seu bem”) (GAUCHET, 2018, p. 96): eis aí definição da boa autoridade, princípio oficioso que guia a contestação contra as desigualdades e contra a indiferença ante as singularidades. Observe-se que esse modelo não é sexuado, pois o princípio materno não tem figura, nada o



representa. É assim que os pais tornam-se hoje “*des mères comme les autres*” (“mães como as outras”) e isso apesar dos movimentos contrários masculinistas que querem menos conservar o estatuto patriarcal do que recusar o cuidado materno do outro. Tais movimentos exaltam a competição aberta, como se pode observar nas microculturas fundadas sobre a exclusividade masculina, por exemplo, o universo dos *traders* ou dos *hackers*.

A título de conclusão da narrativa, Gauchet formula uma questão: dado que o funcionamento coletivo não pode se reduzir às relações de indivíduo a indivíduo, é preciso um quadro institucional onde as singularidades são consideradas abstratamente, assim como regras impessoais e a racionalidade na administração do conjunto. Mas é também necessária uma certa *distance à soi* (distância a si mesmo) exigida pelos atores, um certo sacrifício da singularidade em nome do coletivo. Na ultracontemporaneidade, tal exigência não dispõe de figura simbólica: “*la révolution symbolique qui vient d’avoir lieu laisse un trou dans la symbolisation*” (“a revolução simbólica que acabou de acontecer deixa um furo na simbolização”) (GAUCHET, 2018, p. 98). Como não tem figura, o princípio materno apaga a transcendência temporal. E não há retorno possível à antiga elevação da figura masculina que representava e impunha a *distance à soi* (distância a si mesmo) e aos outros. No vocabulário da psicanálise, a castração. Esta pertencia à dimensão vertical do *dever*, substituída agora pela horizontalidade do *amor*. Não se sabe nem mesmo se tal ausência pode ser preenchida. Gauchet conclui: é a questão que nos trabalha.

É verdade que, pelo menos na França, ouve-se com frequência o diagnóstico de perda ou falta de autoridade para explicar certas dificuldades ou contestações da ordem das coisas. Se ninguém parece lamentar o declínio da autoridade da Igreja e das religiões, as fraquezas da autoridade do Estado e de suas instituições, a começar pela escola republicana, servem como arma de guerra da oposição ao poder. Mas, caso se queira escapar à vacuidade oportunista dos discursos demagógicos dominantes – esses discursos que, no fundo, pedem o recurso à força, desprezando a ética, o direito e a complexidade dos problemas – a questão da autoridade na ultracontemporaneidade precisa ser aberta e elaborada.

A análise de Gauchet da autoridade ultracontemporânea suscita pelo menos duas problematizações: como explicar que a maternidade, separada da sexualidade e não definindo mais o feminino, pode tornar-se modelo de autoridade? Trata-se de compensar um vazio ou de torná-lo visível? Em seguida: pensar o princípio materno sob o signo da ausência, da falta ou da perda

não é a mesma coisa que negar as transformações ultracontemporâneas do feminino e continuar a concebê-lo com os instrumentos “conceituais” da dominação masculina?

### Tramitação

Recebido 03/06/2021

Aprovado 16/05/2022

### Referências

- BLAIS, M-C. Réinventer la paternité? In : *Le Débat*, maio-agosto, 2018.
- BRIAN, M. Les nouveaux pères. In : *Le Débat*, maio- agosto, 2018.
- CHEMAMA, R. ; VANDERMERSCH, B. *Dictionnaire de Psychanalyse*. Paris: Larousse, 2003.
- DABROWSKI, Y. Masculinités adolescentes en reconfiguration. In : *Le Débat*, maio- agosto, 2018.
- DAGNAUD, M. Internet, une passion masculine. In: *Le Débat*, maio-agosto, 2018.
- DUPUIS-DÉRI, F. *La crise de la masculinité. Autopsie d'un mythe tenace*. Montréal : Les Éd. remue-ménage, 2019.
- FROIDEVAUX-METTERIE, C. *La Révolution du Féminin*. Paris: Gallimard, 2014.
- GAUCHET, M. La pensée de 68 est-elle épuisée? In: *Le Monde*, 2015.
- GAUCHET, M.; MELMAN, C. Quel pouvoir voulons-nous? In: *Le Célibataire*, revue de psychanalyse clinique, logique, politique, n. 28, outono, 2014.
- \_\_\_\_\_. *L'Avènement de la démocratie*, 4 vols. Paris: Gallimard, 2013-2017.
- \_\_\_\_\_. La fin de la domination masculine. In: *Le Débat*, maio-agosto, 2018.
- JOFFRIN, L. Le progressiste, ce galeux, ce pelé.... In: *Libération*, 2017.
- LACROSSE, J-M. Le sexe a-t-il un genre? In: *Le Débat*, maio- agosto, 2018.
- NORA, P. Contre vents et marées. In: *Le Débat*, maio-agosto, 2018.
- VILA-MATAS, E. *Kassel no invita à la lógica*. Barcelona: Seix Barral, 2014.